

Deputado aponta distorção na política de saneamento

JORNAL DE BRASÍLIA

8 DEZ 1991

Zenaide Azeredo

"As disputas políticas entre os ministérios da Saúde e da Ação Social foram levadas para o Orçamento da União de 1992. Ali, as obras de saneamento do País estão divididas ao meio: Cr\$ 155 bilhões para a Saúde e Cr\$ 172 bilhões para a Ação Social, criando-se dois comandos e uma distorção que pode levar a política de saneamento do País ao caos".

A constatação é do deputado Antônio Britto (PMDB-RS), para quem o "ridículo da situação é tão grande" que as dois ministérios não tiveram sequer o cuidado de repartir as cidades a serem beneficiadas com obras dos dois órgãos interessados. Dessa forma, segundo observou, é possível verificar-se, nos dois orçamentos distintos, uma mesma cidade sendo objeto de iguais benefícios de saneamento.

"Essa é uma distorção muito grave, pois não existe qualquer política que justifique o fato do Ministério da Saúde estar investindo em obras de saneamento. Esta não é uma atribuição sua e sim da Secretaria Nacional de Saneamento, subordinada ao Ministério da Ação Social", observou Britto, autor de uma emenda destinada a retirar do Ministério da Saúde os recursos dirigidos a investimentos em obras.

A distorção, segundo o deputado, reside na adoção de uma nova sistemática que inaugura um "precedente condenável". "Ao invés de aplicar recursos no controle de epidemias que porventura surjam em decorrência da falta de obras de saneamento, o Ministério da Saúde cria dotações para obras", acusou o deputado.

Esses investimentos, segundo Britto, além de alocados na Fundação Nacional da Saúde, foram distribuídos até mesmo para a Secretaria de Desenvolvimento Regional (Suds), que arrebanhou US\$ 30 milhões (quase Cr\$ 30 bilhões).

Falta dinheiro

"Passamos a ter pelo menos duas políticas, dois comandos, dois cofres. Trata-se, a meu juízo, de um precedente condenável. Historicamente, o Ministério da Saúde pretende comandar obras de saneamento. E o saneamento tem ficado no Ministério do Interior, Desenvolvimento Urbano ou Ação Social,



ao sabor dos ventos administrativos e políticos", advertiu o deputado.

Para Britto, pior que duplo comando é a questão de falta de dinheiro, já que os recursos externos para saneamento dependem "da tumultuada política macroeconômica e da crise de anemia que vive o FGTS".

Ele lembrou, neste sentido, que

o FGTS em 1990 teve arrecadação anual líquida de Cr\$ 240 bilhões, podendo encaminhar Cr\$ 80 bilhões para saneamento. Em 1991, porém, sofreu uma redução dramática: de janeiro a julho houve uma arrecadação líquida de 18,4%, ou Cr\$ 153 bilhões a valores correntes, implicando em apenas Cr\$ 30 bilhões para o setor de saneamento", denunciou o deputado.